

CÂMARA MUNICIPAL DE JAÍBA

Rua Amandio José de Carvalho, nº 371 – Centro Comunitário Rio Verde.

CEP 39.508-000 – Jaíba – Estado de Minas Gerais

Tel: - (38) 3833-1492 – 3833-1386 – 3833-1256

PROJETO DE LEI Nº. 021/2023

“INSTITUI NO ÂMBITO MUNICIPAL A LEI JOÃO VITOR AMORIM SOUZA ANDRADE QUE DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE SEJA PAI OU MÃE, TUTOR, CURADOR OU RESPONSÁVEL LEGAL DE PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 1º. Fica assegurado ao servidor público municipal, que seja pai ou mãe, tutor, curador ou responsável pela criação, educação e proteção de pessoa com o transtorno do espectro autista, ou pessoa com deficiência intelectual ou outra deficiência, o direito de licenciar-se de parte da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, respeitado o cumprimento de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º O servidor beneficiário desta Lei deverá ter seu filho, tutelado, curatelado sob sua responsabilidade avaliada e submetida a tratamento terapêutico, mediante prescrição médica.

§ 2º Quando dois servidores forem pais, tutores, curadores ou responsáveis pela mesma pessoa com deficiência, o direito de um exclui o do outro, salvo quando tratar de mais de um dependente nas condições do caput deste artigo.

§ 3º Não estar no exercício de cargo de comissão ou função gratificada.

Art. 2º. Para efeitos desta Lei considera-se pessoa com deficiência intelectual ou outra deficiência a pessoa de qualquer idade, com deficiência comprovada e considerada dependente sócio educacional, a considerar:

I - pessoa menor de 7 (sete) anos com deficiência comprovada que impossibilite o normal desenvolvimento;

II - pessoa maior de 7 (sete) anos, cujo tipo ou grau de deficiência se manifeste por dependência nas atividades básicas da vida diária.

Art. 3º. Para a obtenção da licença, o servidor deverá:

I – Requerer:

- a) à Secretaria de Gestão e Planejamento, quando servidor da Prefeitura Municipal de Jaíba/MG;
- b) ao departamento de Gestão de Pessoas, quando servidor da Câmara Municipal de



CÂMARA MUNICIPAL DE JAÍBA

Rua Amandio José de Carvalho, nº 371 – Centro Comunitário Rio Verde.

CEP 39.508-000 – Jaíba – Estado de Minas Gerais

Tel:- (38) 3833-1492 – 3833-1386 – 3833-1256

Jaíba/MG;

c) ao dirigente responsável, quando servidor da Administração Pública Indireta.

II - anexar cópia da certidão de nascimento do filho ou documento expedido pelo Juiz, comprovando tutela, curatela ou responsabilidade judicial;

III - autodeclarar que a pessoa com deficiência está efetivamente sob seus cuidados com firma reconhecida em Cartório;

IV - cópia da Carteira de Trabalho, para comprovar o não vínculo empregatício com pessoa física ou jurídica privada ou declaração que não mantém outro vínculo empregatício com órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional.

§ 1º Para a obtenção do laudo diagnóstico, o servidor poderá dirigir-se à Secretaria Municipal de Saúde, que fará o devido encaminhamento e posteriormente dará o visto conclusivo, caso o servidor já não tenha o documento médico probante.

§ 2º Do laudo constará necessariamente o parecer da equipe multidisciplinar sobre o tipo e grau de deficiência, bem como desempenho sócio educacional e plano de tratamento que será executado na educação especial a nível nuclear ou domiciliar;

Art. 4º. A licença será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, devendo ser requerida sua renovação nos termos desta Lei.

Parágrafo Único. Para a renovação da licença, será feita reavaliação e plano de tratamento com emissão de laudo que comprove a permanência de dependência sócio educacional, nos termos do art. 2º desta Lei.

Art. 5º. No caso de constatação de fraude nos atestados médicos apresentados pelo servidor, a fim de valer-se do benefício desta Lei, será instaurando Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor, não se eximindo da responsabilidade civil e criminal.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaíba, 12 de maio de 2023.

Plenário Pedro Marques

Vereadora Elza Lopes Pereira dos Santos



CÂMARA MUNICIPAL DE JAÍBA

Rua Amandio José de Carvalho, nº 371 – Centro Comunitário Rio Verde.

CEP 39.508-000 – Jaíba – Estado de Minas Gerais

Tel:-(38) 3833-1492 – 3833-1386 – 3833-1256

JUSTIFICATIVA:

O projeto ora apresentado visa garantir a redução da carga horária semanal aos Servidores Públicos Municipal, os quais sejam responsáveis por pessoas com deficiência. Não se trata de oferecer benefício, mais sim condições mínimas para que os pais possam dar aos filhos e/outras pessoas sob sua responsabilidade o mínimo de condições de efetuar um tratamento que se torne eficaz.

É sabido que pessoas com deficiência, principalmente na infância, são necessárias sessões de fisioterapias, fonoaudiologia dentre outros tratamentos indispensáveis à melhoria da qualidade de vida.

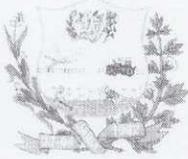
Inúmeros estudos demonstram que o tratamento médico, psicológico e fisioterápico de pessoa com deficiência, tem resultados bem melhores se forem acompanhados de perto por seus familiares.

Citando como exemplo o caso que dá nome a esta propositura, temos a historia do menino João Vitor Amorim Souza Andrade, filho de uma servidora municipal de Jaiba/MG, que após o seu nascimento, foi diagnosticado com paralisia cerebral que comprometeu sua locomoção, fala e outros aspectos cognitivos. João era um bebê especial. Nos seus primeiros dias de vida treve que se alimentar com uma sonda, uma vez que não conseguia se alimentar naturalmente como os outros bebês. Também precisou fazer algumas cirurgias como refluxo e quadril. Com menos de três anos, enfrentou 24 pneumonias e nessa idade já começou a frequentar a APAE. Sua mãe Cledma Rodrigues Amorim e seu pai Wilson Ferreira comprometidos com o desenvolvimento de João sempre buscaram os melhores recursos médicos para ele. Recorrentemente eles viajavam apra Montes Claros/MG, Belo Horizonte/MG e até outros Estados para realizarem consultas e tratamentos adequados.

As internações eram frequentes, principalmente em decorrência de problemas respiratórios. No dia 04 de dezembro de 2011, após 03 dias internados para tratamento de uma pneumonia, João deu alergia ao medicamento e foi vencido pela doença, concluindo assim a passagem na terra e retornando ao céu como um anjo apra os braços do PAI.

Muitas vezes os pais não possuem recursos financeiros para a contratação de profissionais ou tratamentos diferenciados, mas com a redução da sua carga horária de trabalho, podem dar mais atenção a seus filhos.

Ainda, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que compõe o nosso ordenamento jurídico com força de Emenda Constitucional, estabelece em seu preâmbulo e nos artigos 1º, 7º, 9º, 23 e 28, que há “**necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, inclusive daquelas que requerem maior apoio**”, sendo que “**a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem o direito de receber a proteção da sociedade e do Estado e de que as pessoas com deficiência e seus familiares devem receber a proteção e a assistência necessárias para tornar as famílias capazes de contribuir para o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência**”.



CÂMARA MUNICIPAL DE JAÍBA

Rua Amandio José de Carvalho, nº 371 – Centro Comunitário Rio Verde.

CEP 39.508-000 – Jaíba – Estado de Minas Gerais

Tel: (38) 3833-1492 – 3833-1386 – 3833-1256

A título de parâmetro, tal direito já é garantido aos servidores da esfera Federal, por meio da Lei 8.112/1990, *in verbis*:

Art. 98. *Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.*

[...]

§ 2º *Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)*

§ 3º *As disposições constantes do § 2º são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência. (Redação dada pela Lei nº 13.370, de 2016)*

Entendo que a proposta é de extrema importância para a sociedade Jaibense, principalmente por se tratar diretamente de direito fundamental das pessoas com deficiência. Sendo assim, e com base no todo exposto, conto com o apoio dos nobres pares.

Jaíba, 12 de maio de 2023.

Plenário Pedro Marques

Vereadora **Elza Lopes Pereira dos Santos**